



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 2.072, DE 2009

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 2009, (nº 1.815/2007, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que altera o art. 2º da Lei nº 11.337, de 26 de julho de 2006, para melhor detalhar a abrangência da exigência nele contida e para adequar a nomenclatura empregada aos padrões técnicos estabelecidos.

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 146, de 2009, que altera o art. 2º da Lei nº 11.337, de 26 de julho de 2006, para melhor detalhar a abrangência da exigência nele contida e para adequar a nomenclatura empregada aos padrões técnicos estabelecidos. Trata-se do Projeto de Lei nº 1.815, de 2007, na Casa de origem.

O PLC nº 146, de 2009, objetiva especificar mais claramente as exigências técnicas dispostas na Lei nº 11.337, de 2006, que *determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.*

A proposição é estruturada sob a forma de dois artigos. O primeiro deles impõe que o art. 2º da Lei nº 11.337, de 2006, passe a vigorar com nova redação, de forma tal que os aparelhos elétricos e eletrônicos com carcaça metálica comercializados no País, enquadrados na classe I, em conformidade com as normas técnicas brasileiras pertinentes, disponham de condutor terra de proteção e do respectivo plugue, também definido em conformidade com as normas técnicas brasileiras.

O parágrafo único do art. 2º da Lei nº 11.337, de 2006, também é alterado pelo art. 1º do PLC nº 146, de 2009, de tal sorte que a imposição contida no *caput* entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010, em vez do prazo de quinze meses após a publicação da Lei, estipulado pelo texto original.

O art. 2º do PLC nº 146, de 2009, constitui a cláusula de vigência.

Em 17 de julho de 2009, a matéria foi remetida à CMA, para decisão terminativa, não tendo sido oferecidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

O PLC nº 146, de 2009, visa a alterar dispositivo que impõe que os aparelhos elétricos com carcaça metálica e aqueles sensíveis a variações bruscas de tensão, produzidos ou comercializados no País, disponham, obrigatoriamente, de condutor-terra de proteção e do respectivo adaptador macho tripolar.

Segundo a redação proposta no PLC nº 146, de 2009, é retirada do *caput* do art. 2º da Lei nº 11.337, de 2006, a expressão “sensíveis a variações bruscas de tensão”, efetivamente uma imprecisão do texto legal, nomeadamente pela subjetividade que caracteriza sua aplicação.

Note-se, por exemplo, que qualquer aparelho elétrico conectado a uma tomada elétrica está sujeito a variações bruscas de tensão. Mais ainda, a resposta de um aparelho a essa variação não é, necessariamente, semelhante à de outro equivalente. Assim, o disposto no *caput* do art. 2º da Lei nº 11.337, de 2006, faz com que todos os aparelhos elétricos devam ser enquadrados em um critério extremamente vago estabelecido pela Lei.

Convenientemente, a proposição também retira a expressão “obrigatoriamente” da redação original, o que aprimora o dispositivo, uma vez que se trata de redundância em um texto legal.

Com relação à obrigatoriedade de serem seguidas as normas técnicas brasileiras, a iniciativa de substituir a expressão “produzidos e comercializados” por “comercializados” é acertada, pois a norma legal deve considerar a hipótese de o produto ser exportado para países onde as obrigações estabelecidas sejam, distintas das vigentes em nosso país.

O PLC nº 146, de 2009, leva em conta a determinação da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE) de que o aterramento por meio de plugue de alimentação deve ser feito, somente, nos aparelhos elétricos e eletrônicos da classe I. Desse modo, também acertadamente, essa especificação foi introduzida no dispositivo proposto.

Por fim a mudança na cláusula de vigência da Lei nº 11.337, de 2006, permite que a indústria nacional possa se adaptar às normas sem atropelos, pois a proposição faz com que a Lei entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010.

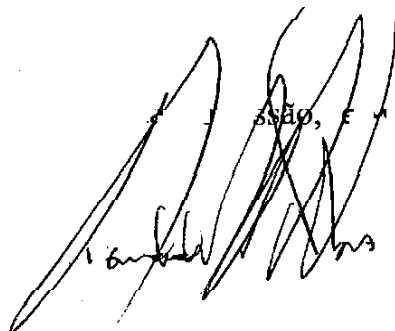
Em síntese, a proposição evidencia os problemas que surgem quando o texto legal sofre de excessiva carga de detalhes que devem ser objeto da regulamentação da lei.

O PLC nº 146, de 2009, notadamente, visa a corrigir impropriedades técnicas presentes no texto legal, bem como adequá-lo à boa técnica legislativa.

III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 2009.

Sala da Comissão, 3 de novembro de 2009.



, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 146 DE 2009

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/11/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	
(SENADOR RENATO CASAGRANDE)	
RELATOR:	
(SENADOR FLEXA RIBEIRO)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
RENATO CASAGRANDE-PSB	X FÁTIMA CLEIDE-PT
MARINA SILVA-PV	CÉSAR BORGES-PR
JOÃO PEDRO-PT	INÁCIO ARRUDA-PC DO B
JOÃO RIBEIRO-PR	DELCIDIO AMARAL-PT
Maioria (PMDB)	
LEOMAR QUINTANILHA-PMDB	ROMERO JUCÁ-PMDB
WELLINGTON SALGADO-PMDB	VALDIR RAUPP-PMDB
GILVAM BORGES-PMDB	ALMEIDA LIMA-PMDB
VALTER PEREIRA-PMDB	GERALDO MESQUITA-PMDB
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
GILBERTO GOELNNER-DEM	ADELMIR SANTANA-DEM
KÁTIA ABREU-DEM	RAIMUNDO COLOMBO-DEM
HERÁCLITO FORTES-DEM	MARIA DO CARMO ALVES-DEM
ELISEU RESENDE-DEM	X OSVALDO SOBRINHO-PTB
ARTHUR VIRGÍLIO-PSDB	ALVARO DIAS-PSDB
CÍCERO LUCENA-PSDB	FLEXA RIBEIRO-PSDB
MARISA SERRANO-PSDB	MÁRIO COUTO-PSDB
PTB	
GIM ARGELLO	SÉRGIO ZAMBAZI
PDT	
JEFFERSON PRAIA	CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 146, DE 2009

LISTA DE VOTAÇÃO

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RENATO CASAGRANDE - PSB					FÁTIMA CLEIDE - PT	X			
MARINA SILVA - PV	X				CÉSAR BORGES - PR	X			
JOÃO PEDRO - PT					INÁCIO ARRUDA - PC do B				
JOÃO RIBEIRO - PR					DELÍCIO AMARAL - PT				
TITULARES - MAIORIA (PMDB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - MAIORIA (PMDB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LEOMAR QUINTANILHA - PMDB					ROMERO JUCÁ - PMDB				
WELLINGTON SALGADO - PMDB					VALDIR RAUPE - PMDB	X			
GILVAM BORGES - PMDB					ALMEIDA LIMA - PMDB				
VALTER PEREIRA - PMDB					GERALDO MESQUITA - PMDB				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GILBERTO GOELLNER - DEM					ADELMIR SANTANA - DEM	X			
KÁTIA ABREU - DEM					RAIMUNDO COLOMBO - DEM				
HERÁCLITO FORTES - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
ELISEU RESENDE - DEM					OSVALDO SOBRINHO - PTB	X			
ARTHUR VIRGILIO - PSDB					ALVARO DIAS - PSDB				
CÍCERO LUCENA - PSDB					FLEXA RIBEIRO - PSDB	X			
MARISA SERRANO - PSDB	X				MÁRIO COUTO - PSDB				
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					SÉRGIO ZAMBIAZI				
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PRAIA	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR — PRESIDENTE 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03/11/2009

Senador RENATO CASAGRANDE
Presidente

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM. COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião realizada nesta data, aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 2009, que “altera o art. 2º da Lei nº 11.337, de 26 de julho de 2006, para melhor detalhar a abrangência da exigência nele contida e para adequar a nomenclatura empregada aos padrões técnicos estabelecidos”, de autoria do Deputado Júlio Delgado.

Atenciosamente,



Senador RENATO CASAGRANDE
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Publicado no DSF, de 17/11/2009.